



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

IMPrensa e Literatura: O caso Castro Malta na Configuração do Jornalismo Carioca em Finais do Século XIX

Ana Flávia Cernic Ramos*

No dia 3 de janeiro de 1885 surgia no Rio de Janeiro a revista *A Semana*. Fundada e dirigida por Valentim Magalhães, a revista já anunciava em seu prospecto que tinha o objetivo de “fazer a história completa e fiel da semana decorrida, dando a *nota do dia*”, tal como um jornal. Já em sua primeira edição, o hebdomadário de Valentim Magalhães afirmava que se ocuparia das “ciências, artes, letras, comércio, indústria, costumes, religião, etc.”, oferecendo aos leitores “uma curta notícia, satisfatória e imparcial”. A revista, segundo o seu prospecto, trataria não apenas das questões literárias e artísticas, mas comentaria os principais fatos políticos do momento. Reproduzindo um dos “lemas” do jornalismo do século XIX (BARBOSA, 2002), *A Semana* iniciava sua trajetória comprometendo-se com a chamada “neutralidade” jornalística e prometia aos leitores tratar os assuntos de forma “imparcial”, isenta e independente. Além disso, os redatores afirmavam que *A Semana* não era uma revista como as que até então existiam. “Publicação hebdomadária”, ela teria também o “caráter de jornal diário”, que traria a “história completa e fiel da semana decorrida”, dando a “nota do dia” (“*A Semana*”, *A Semana*, 03.01.1885).

* Doutora em História Social da Cultura pela Unicamp e professora da Universidade Federal de Uberlândia. Email: afcramos@yahoo.com.br

Já em sua primeira edição, após fazer as devidas apresentações, *A Semana* cumpria o compromisso firmado e iniciava sua publicação com uma espécie de inventário dos últimos acontecimentos do ano de 1884. Sob o título “A herança do 1884”, os redatores do jornal repassavam naqueles primeiros dias de janeiro de 1885 não quaisquer eventos do ano anterior, mas principalmente aqueles que havia deixado um legado, uma herança mal resolvida. Entre os assuntos elencados pela revista ganharam destaque as eleições, ocorridas em dezembro de 1884, que dariam origem à nova Câmara de Deputados, e o famoso caso “Castro Malta” (AZEVEDO, 1985). Ambos haviam incendiado os jornais do Rio de Janeiro nos últimos meses de 1884 e ainda careciam, de certa forma, de um ponto final. Segundo a revista, das “eleições gerais” só haviam restado “males ao falecido”. Se possível fosse, para a revista, melhor seria considerá-las “bens de evento” e dá-las ao “diabo”. “Além do cacete, da garrucha, da faca, do revólver e da cabeçada da *flor da gente*”, tivera-se nas eleições também as “duplicatas”. Apontando o aspecto de fraude e manipulação que ganhara as eleições gerais na cidade, os redatores diziam que os novos representantes da nação, que naquele momento discutiriam, entre outras coisas, a libertação dos escravos sexagenários, saíam “enlameados e ensanguentados” das “respectivas urnas” (“A herança de 1884”, *A Semana*, 03.01.1885).

Já a segunda herança de 1884 chamava-se Castro Malta. Segundo a revista, ia “ter muito o que fazer com ele o jovem 1885”. Chamado de “obscurantíssima questão”, o caso teve início em 18 de novembro de 1884, quando o *Jornal do Commercio* publicou a seguinte notícia: “Desordeiros - foram presos anteontem, por perturbarem o sossego público, os seguintes indivíduos, João Castro *Malta* e Antonio Andrade, desordeiros conhecidos na Praça da Constituição”. Seis dias depois, em 24 de novembro, agora na sessão dos obituários da cidade, o mesmo jornal anunciava o sepultamento de João Alves Castro *Mattos*, vítima de congestão hepática. Em 26 de novembro de 1884, o jornal *O Paiz*, também recém-fundado em outubro de 1884 (SODRÉ, 1999), indagava em sua primeira página onde estaria João Castro de Malta. Este jornal alegava, então, ter sido procurado por amigos e parentes da vítima, que suspeitavam que Mattos e Malta fossem a mesma pessoa. Se a hipótese fosse verdadeira, era necessário explicar se o nome fora trocado por engano ou com o intuito

de encobrir um crime. A partir das interrogações sobre o caso, foi então aberto um inquérito policial (AZEVEDO, 1985).

Ainda por iniciativa de um jornalista, foi solicitado à polícia o atestado de óbito de João Alves de Castro Malta para a sua publicação na imprensa. Entretanto, o atestado recebido vinha com o nome de João Alves de Castro *Mattos*, 30 anos presumíveis, trabalhador, morto por uma congestão hepática. Diante do “equivoco” e das enormes reclamações da imprensa, finalmente foi ordenada a primeira exumação do corpo em 28 de novembro de 1884. No dia da exumação, aberta a cova 143, onde oficialmente estava enterrado o corpo de Malta, nem a família, nem os funcionários da funerária reconheceram o cadáver. Diante do impasse, outros 33 corpos foram exumados, até que o médico legista, responsável pelo laudo inicial, decidiu encerrar a sessão, afirmando que o corpo, encontrado na primeira cova, a de número 143, era, de fato, o corpo de Malta. Mesmo ante o descontentamento de parentes, a autópsia foi realizada, através da qual se concluiu que aquele era o cadáver de um homem de 40 anos que havia falecido de uma “pleurisia supurada” (AZEVEDO, 1985, p.19).

Diante das divergências e contradições dos dois laudos oficiais, a dúvida sobre o paradeiro de Castro Malta continuou nas páginas dos principais jornais cariocas. Tal como em um romance de mistério, cheio de reviravoltas, o caso tornou-se a grande pauta jornalística da cidade. Se o cadáver autopsiado não era o de Castro Malta, onde estaria este, perguntava o repórter d’*O Paiz* em 26 de novembro de 1884. Ainda no final de dezembro um fato novo, retirado do noticiário da *Gazeta de Notícias*, reacenderia as discussões: a Santa Casa de Misericórdia informava que atendera, havia dez anos, um indivíduo chamado Castro Malta, vítima de fratura no úmero direito. Ciente desse novo dado, foi requerida uma outra exumação, já que as sequelas da fratura poderiam auxiliar no reconhecimento definitivo do corpo (*Gazeta de Notícias*, 24.12.1884).

A Academia Imperial de Medicina decidiu então nomear uma nova comissão para realizar outra exumação. Na presença de uma multidão de pessoas (mais de 1500 segundo os jornais), realizava-se uma nova investigação sobre o verdadeiro paradeiro do corpo de Castro Malta. A novidade era que agora o caso estava sob os cuidados dos mais renomados médicos da cidade, tais como Cândido Ribeiro Barata e Domingos José Freire. Feita nova autópsia, a prestigiada comissão científica constatou não só a

impossibilidade de confirmação da pleurisia supurada como causa da morte – alegando que o corpo já estava deteriorado demais – como também atestou a ausência de qualquer fratura óssea no corpo examinado. No entanto, apesar dessas conclusões contraditórias, a comissão declarou, oficialmente, que o corpo era, de fato, de Castro Malta¹.

Durante muitos dias o caso Castro Malta sofreu inúmeras reviravoltas. Enquanto os médicos discutiam na Academia Imperial de Medicina, laudos eram publicados integralmente na imprensa, sendo em seguida criticados e rechaçados. O relatório da comissão, longo, com mais de cem páginas, foi também muito discutido; entretanto, ironicamente, o debate que ocorria não era para saber se o úmero examinado pertencia ou não a Castro Malta, mas sim para saber se os úmeros, em geral, tinham ou não “canal medular em seu colo”; com esse impasse, a Academia de Medicina acabou solicitando que vários ossos serrados e preparados fossem expostos nas vitrines da Casa Laemmert, na prestigiada Rua do Ouvidor, para que, enfim, se chegasse a uma conclusão. Com a demissão do chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Tito Mattos, o processo de João Alves de Castro Malta foi arquivado. Encerrado legal e juridicamente, porque, na realidade, permaneceu sem solução. Malta, identificado ora como trabalhador, ora como desordeiro, bêbado, capoeira e ladrão, jamais apareceu, nem tampouco o seu cadáver.

Quando o caso Castro Malta se transformou em uma discussão pública que desmoralizava e desacreditava as autoridades imperiais, decidiu-se, então, que era necessário um encerramento urgente da questão. Para tanto, nada parecia mais oportuno que chamar renomados médicos para concluir o caso com um laudo irrefutável, emitido sob os auspícios da ciência. Verdade ou mentira, entretanto, era o que ainda toda a cidade se perguntava sobre o caso. Uma pergunta insistente, presente também na inauguração da nova revista, *A Semana*, que já em suas primeiras páginas questionava o mais recente inquérito feito pela polícia, atribuindo à questão ainda um aspecto obscuro, mal resolvido, cheio de incongruências. Em uma minuciosa leitura do inquérito, a revista rebatia ponto por ponto apresentado pela polícia, colocando em xeque as respostas “institucionais” para o caso. Após apontar as falhas do documento oficial, o

¹ Sobre o caso Castro Malta ver também ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, pp. 39-46.

redator concluía “Onde está então o cadáver de Castro Malta?” (“A herança de 1884”, *A Semana*, 03.01.1885). “Triste herança” de 1884, o caso de Castro Malta, desaparecido desde novembro de 1884, permanecia ainda em aberto e seguia sem muitas respostas.

Dois meses depois, ainda carente de uma solução final, o caso ganhou comentários como o do jornal humorístico *O Mequetrefe*, publicado no dia 30 de março de 1885:

O famoso Caso Malta recebeu afinal o respectivo epílogo pelo Promotor Público. A julgar pelo ofício de S.S., publicado em todos os jornais, o Castro Malta goza de perfeita saúde, e a polícia foi vítima resignada da má vontade da imprensa. Quem dá o cavaco é o povinho, cuja imaginação romântica se compraz em arranjar suculentos finais de atos para dramalhões constantemente exibidos aos seus olhos. O caso Malta é um *bacamartão* espetaculoso, cheio de lances e de peripécias, mas com um final frio, que deixa uma péssima impressão nos espectadores interessados (*O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, Ano XI, No. 370, 30/03/1885).

Como representar uma realidade que nem sempre fazia sentido era o que se perguntavam jornalistas e literatos que contribuía para os grandes jornais da cidade. Em plena ascensão dos modelos realista e naturalista na literatura brasileira, que defendiam o comprometimento do escritor com o seu referencial, captado de forma objetiva, isenta e, principalmente, sem os rebuscamentos imaginativos do romantismo, Machado de Assis, através do pseudônimo Lélío², em crônica de 7 de fevereiro de 1885, também se perguntava como explicar acontecimentos que aparentemente não podiam ser explicados senão pelo viés da imaginação vertiginosa (RAMOS, 2010, p. 191). Como tratar literariamente fatos que por si só deixavam o leitor “em plena mágica”, em um mundo onde “toda a noção de realidade” desaparecia?³ A impressão de uma realidade que extrapolava até mesmo as narrativas ficcionais mais criativas não parecia estar apenas no olhar do cronista, já que o jornal *O Mequetrefe* também se referira ao caso como se ele fosse um romance, um “dramalhão”, cujo epílogo deixava muitas perguntas sem respostas e que se constituía em um final “frio” que frustrava a platéia. Ficção inspirada na realidade ou realidade inspirada na ficção? Muitas das notícias publicadas nos jornais da cidade davam a impressão de que a realidade era muita vez

² Lélío foi o pseudônimo utilizado por Machado de Assis nas crônicas intituladas “Balas de Estalo” da *Gazeta de Notícias*, publicadas entre os anos de 1883 e 1886.

³ Lélío, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 07.02.1885.

constituída de uma teatralidade, de uma retórica encenada que impedia, ou pelo menos dificultava, o alcance da verdade total sobre os acontecimentos.

O caso Castro Malta recebeu diferentes abordagens por parte da imprensa. No caso do jornal *O Paiz*, comandado na época por Quintino Bocaiúva, o assunto ganhou a primeira página e se tornou um dos grandes chamarizes desses primeiros meses de vida do novo periódico. Colocando-se como porta-voz de familiares e amigos de Malta, o jornal fez do caso tema de muitas de suas edições. Atestados de óbito, inquéritos, laudos das perícias e exumações eram todos publicados e comentados exaustivamente nas páginas daquele jornal que propunha já em sua primeira publicação colocar “seu empenho preponderante” na “comunicação íntima com as necessidades mais inteligente da nossa época: empunhar pelas mais adiantadas aspirações do povo e pelas exigências mais liberais do nosso futuro”. (“Prospecto”, *O Paiz*, 01.10.1884). No primeiro artigo sobre Malta, o caso já aparecia sob o título “Denúncia” (“Denúncia”, *O Paiz*, 26.11.1884).

Assunto dos principais jornais da época, Castro Malta também marcou presença na *Gazeta de Notícias*, em 30.11.1884, o próprio Valentim Magalhães, fundador da revista *A Semana*, fará do caso assunto de suas “Notas à Margem”, ironicamente ele escreve:

Foi com indizível espanto que percorrendo atentamente as folhas diárias de ontem, em nenhuma encontrei o seguinte anúncio:
Cadáver Fugido – Na tarde de 20 de agosto do corrente fugiu do cemitério de S. Francisco Xavier, da cova no. 143, a que havia sido recolhido em companhia de mais oito pacíficos colegas, o cadáver no. 2507, de nome João Alves de Castro Mattos (ou Malta). Não tinha nacionalidade, nem naturalidade, nem residência, nem estado, nem profissão, nem idade certa, nem parentes, amigos ou conhecidos. Dizia-se encadernador, mas era reconhecidamente vagabundo e desordeiro. Não tinha fisionomia nem política conhecidas (Valentim Magalhães, “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 30.11.1884).

Os acontecimentos que foram se acumulando sobre o caso entre os meses de novembro de 1884 e janeiro de 1885 pareciam tão despropositados que os limites entre a ficção e a verdade estavam na pauta do dia. Quem naquela história de cadáveres desaparecidos do cemitério estava mentindo? Mentia a polícia, os médicos, os jornais? Que realidade explicava o caso do desaparecido mais famoso do Rio de Janeiro?

Ficção ou verdade era o que provavelmente também se perguntavam alguns dos leitores da revista *A Semana* em janeiro de 1885, quando cartas anônimas passaram a ser publicadas já na primeira edição do periódico fundado por Valentim Magalhães, sob o título de *Mattos, Malta ou Matta?*. Misteriosos, os textos publicados *n'A Semana* desafiavam os leitores ao afirmarem possuir as respostas sobre o maior enigma da cidade naquele momento: o caso policial de Castro Malta. Aluísio Azevedo, inspirado pelas notícias dos jornais, iniciava a publicação de um folhetim, no qual embaralhava e transgredia os limites entre o real e a ficção. Apresentado como um “furo de reportagem” d’*A Semana*, o folhetim de Azevedo indicava ao leitor, mesmo que involuntariamente, que a realidade, com seus lances absurdos, muitas vezes se aproximava das rocambolescas e intrincadas narrativas tão típicas daquela popular publicação dos rodapés dos jornais, o folhetim. Forjando uma realidade, somente na nona missiva o autor revela o segredo da publicação.

Segundo Agnes Rissardo, em seu artigo “Ficção brasileira e o jornal: um diálogo pulsante”, o folhetim de Azevedo atribuía explicações ficcionais àquilo que até então as autoridades imperiais não haviam conseguido solucionar. A ausência de um “fim” provavelmente frustrou os leitores dos jornais que acompanhavam o caso de Castro Malta. Tal e qual um folhetim, a cada dia um novo fato renovava a história, apontando para a revelação dos possíveis culpados e dos motivos para o suposto crime, descrevendo situações que satisfaziam a curiosidade mórbida dos leitores. Apesar dos esforços da imprensa e da pressão da opinião pública, essa notícia folhetinizada não teve solução, o que é surpreendente, senão inédito, na elaboração de um verdadeiro folhetim. Percebendo isso, o proprietário da revista *A Semana* lançou, oportunamente, o seu veículo com o primeiro capítulo do romance-folhetim *Mattos, Malta ou Matta?* Tudo o que os jornais não publicavam em detalhes, o autor, “munido de imaginação”, dava soluções, muitas vezes “propositalmente inverossímeis”, para evidenciar o inusitado da situação real (RISSARDO, 2008).

A estratégia de criar uma situação aparentemente real, como as cartas anônimas sobre o paradeiro de Castro Malta, já tinha sido aplicada ao público carioca quando, em outubro de 1883, Aluísio Azevedo dera início à publicação de seu folhetim *Filomena Borges* enviando para os redatores da *Gazeta de Notícias* cartões de visita da misteriosa

dama. Tática eficiente de fazer reclame ao folhetim, ele contou com a ajuda de vários dos integrantes da série “Balas de Estalo” para criar o mistério em torno da protagonista da história. Um ano depois, devido à grande repercussão do caso de Castro Malta, Azevedo novamente misturava realidade e ficção para atrair o leitor. Um misto de jornalismo e literatura que parecia agradar cada vez mais o público carioca. Se alguns anos depois Aluísio Azevedo se tornou um dos principais representantes do naturalismo no Brasil ao escrever *O Cortiço* - uma obra em que pretendeu, entre outras coisas, fazer uma reprodução fotográfica e imparcial do real para defender uma tese sobre o ambiente das moradias populares no Rio de Janeiro -, em 1885, ao escrever o folhetim sobre o caso Castro Malta ele teve que se render aos lances romanescos e inusitados que, de fato, fizeram parte do caso. Um morto que não se encontrava em sua cova, um cemitério lotado de curiosos que presenciavam a abertura de outras 33 valas e ossos expostos em uma loja na Rua do Ouvidor só podiam originar um folhetim que criasse explicações ainda mais extravagantes para o paradeiro de Malta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Aluísio. **Mattos, Malta ou Matta**. Apresentação Plínio Doyle; prefácio por Josué Montello. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

RISSARDO, Agnes Danielle. “Ficção brasileira e jornal: um diálogo pulsante”. In: Anais do XI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2008: São Paulo, SP - Tessituras, Interações, Convergências. São Paulo: ABRALIC, 2008.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de Estalo de Machado de Assis*. Tese de Doutorado em História: Unicamp, 2010

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª ed., 1999.